

DIVULGAÇÃO/CÂMARA



Altineu Côrtes, vice-presidente da Câmara, afirmou ao Correio

Altineu: o presidente Hugo Motta não foi correto comigo

“Hugo Motta não foi correto comigo”, disse o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Altineu Cortês, ao Correio da Manhã, ao ser questionado sobre o adiamento da escolha do nome que sucederá Augusto Nardes do Tribunal de Contas da União - TCU. O acordo do PL e PT, que colocou Odair Cunha (PT-MG) no lugar do ministro Aroldo Cedraz, estava em vigor. A bancada governista (PT) aceitou compor com os bolsonaristas sob a seguinte premissa: se o Centrão e a oposição ajudassem a aprovar o nome de Odair para a vaga de Aroldo Cedraz, os governistas não criariam obstáculos para que a vaga seguinte (de Nardes) ficasse com o candidato indicado pelo bloco de oposição, no caso, o próprio Altineu Côrtes. Quem roeu a corda foi o presidente da Câmara, Hugo Motta, e por dois motivos: usar como moeda de troca para a sua reeleição a presidente da Casa em 2027; e guardar a cadeira para o padrinho e antecessor Arthur Lira, que concorre ao Senado por Alagoas em outubro.

O bombardeio de Arthur Lira

O papel de Arthur Lira nos bastidores é o principal fator que desidratou o favoritismo de Altineu Côrtes. Embora Altineu estivesse costurando o acordo com o PT, a entrada do ex-presidente da Câmara no circuito mudou a dinâmica das negociações do Tribunal de Contas da União (TCU). Lira enxerga a cadeira vitalícia de Augusto Nardes como um porto seguro institucional para o seu próprio futuro político pós-2026, caso enfrente reveses eleitorais em Alagoas.

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara dos Deputados

Lira embolou a sucessão

Para impedir que Altineu vencesse a disputa rapidamente por W.O., o Progressistas (PP) de Lira lançou múltiplos nomes internos na Câmara — como Aguinaldo Ribeiro e Claudio Cajado. O objetivo é pulverizar os votos e travar o andamento da indicação. Vale lembrar que Motta chegou à presidência da Câmara apadrinhado diretamente por Arthur Lira. O adiamento da votação funciona como um gesto direto de blindagem aos interesses do PP e de seu criador político.

Altineu disputa reeleição

Ao quebrar o acordo, Hugo Motta cria um problema político para Altineu Cortês, que terá de concorrer à reeleição e fica impedido de trabalhar um sucessor para os seus votos como deputado federal. “Eu não desmobilizei a minha equipe e vou seguir com o meu projeto de reeleição”.

Clima azedo entre PP e PL

A interferência de Lira gerou um cabo de guerra aberto entre o PP (de Lira/Motta) e o PL (de Altineu/Valdemar Costa Neto). Ao trabalhar para Lira, Hugo Motta tenta equilibrar-se no comando da Casa sem romper em definitivo com o PL, usando o tempo extra para negociar uma saída que não imploda a governabilidade de seu bloco parlamentar.

Medo do STF

A postura de cautela de Hugo Motta com o tribunal repete a mesma estratégia adotada meses antes, na sucessão da vaga de Aroldo Cedraz. Naquela ocasião, ele também teve de recuar de uma votação surpresa e adiar o pleito após sofrer forte pressão de líderes do Centrão e da oposição, que ameaçaram judicializar o rito no Supremo Tribunal Federal (STF) devido ao favoritismo do candidato do PT.

Esqueceram das mulheres?

Com a oficialização da saída de Augusto Nardes, deputadas de diferentes partidos formaram uma forte coalizão interna exigindo que a próxima vaga do TCU seja obrigatoriamente destinada a uma mulher. Nomes como Soraia Santos (PL-RJ) e Adriana Ventura (Novo-SP), que haviam recuado na disputa anterior, cobram o cumprimento dessa promessa de gênero, minando o favoritismo automático de Altineu.

Emplacou Portinho

Como presidente do PL no Rio, Altineu Côrtes colecionou uma grande vitória nesta terça, 14 de julho. O seu candidato ao Senado, Carlos Portinho, foi escolhido para concorrer à reeleição, como a coluna Bastidores antecipou nesta terça, 14. Pesou a sua lealdade ao clã Bolsonarista e o seu desempenho como líder do partido no Senado. Ele concorrerá na vaga que era designada ao ex-governador Claudio Castro.

Nas mãos de Flávio

Altineu Côrtes confirmou ao Correio da Manhã que caberá ao senador Flávio Bolsonaro escolher o nome do suplente e vê como positivo a escolha da ex-vereadora Rogéria Bolsonaro (mãe de Flávio) para a 1ª suplência, como estava programado para a chapa encabeçada por Márcio Canella.

Rueda decidirá

“A escolha do outro candidato ao Senado, que concorrerá na vaga de Márcio Canella, será uma decisão conjunta do presidente do União Brasil, Antônio Rueda, e o senador Flávio Bolsonaro”, afirmou Altineu Cortês ao Correio da Manhã. Não está descartada que a própria Rogéria vire a cabeça de chapa.

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Dino: só parlamentares podem destinar recursos de emendas

Dino: emendas parlamentares não podem ser “terceirizadas”

Ministro determina que Câmara e Senado expliquem a execução

Por **Beatriz Matos**

A nova decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), elevou o tom da disputa entre Judiciário e Congresso sobre as emendas parlamentares. Mais do que cobrar transparência, o ministro deixou claro que a Constituição não permite que recursos públicos sejam administrados por quem não exerce mandato. Em outras palavras: as emendas não podem ser “terceirizadas” ou “privatizadas”.

O tema voltou ao centro das discussões nesta terça-feira (14). Enquanto Dino divulgava uma nova decisão sobre o caso, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), reuniu líderes partidários na residência oficial para tratar justamente dos impactos das recentes determinações do Supremo. O encontro ocorreu de forma reservada. Nenhum parlamentar falou com a imprensa na saída e também não houve divulgação de um balanço da reunião.

Na decisão, o ministro determinou que as comissões de Saúde da Câmara e do Senado apresentem, em até 30 dias, informações detalhadas sobre os mecanismos adotados para garantir transparência e

rastreabilidade das emendas parlamentares, desde a indicação dos recursos até a execução final. O objetivo é verificar se o modelo atualmente utilizado respeita os compromissos firmados entre Executivo e Legislativo para identificar quem propõe, quem aprova e quem efetivamente indica a destinação das verbas.

Mas o trecho mais duro da decisão vai além da fiscalização. Dino afirma que somente parlamentares podem propor e deliberar sobre emendas e que não há espaço para a atuação de “terceiros” nesse processo. O ministro sustenta que as emendas decorrem do mandato parlamentar e, por isso, não podem ser tratadas como um patrimônio disponível para ser delegado, cedido ou administrado por dirigentes partidários, ex-parlamentares ou qualquer outra pessoa sem legitimidade constitucional.

Segundo Dino, seria incompatível com a Constituição admitir que pessoas sem mandato mantenham “cotas orçamentárias informais” ou transmitam ordens a servidores da Câmara para definir o destino de recursos públicos. Para o ministro, acordos políticos não podem resultar na transferência do controle.